



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS- LICENCIATURA**

JUCILAINE ARAUJO BOTTEGA DA ROCHA PINHEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ESPAÇOS DE POSSIBILIDADES FORMATIVAS**

**NON-OBLIGATORY TRAINING IN BIOLOGICAL SCIENCE TRAINING:
TRAINING SPACES OF POSSIBILITIES**

REALEZA, 2019

JUCILAINE ARAUJO BOTTEGA DA ROCHA PINHEIRO

TCC II

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ESPAÇOS DE POSSIBILIDADES FORMATIVAS**

**NON-OBLIGATORY TRAINING IN BIOLOGICAL SCIENCE TRAINING:
TRAINING SPACES OF POSSIBILITIES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Realeza, como requisito para o título de Licenciada em Ciências Biológicas.¹

Orientadora: Profa. Dra. Bárbara Grace Tobaldini de Lima

REALEZA, 2019

¹ Este trabalho segue as normas da Revista Actio: Docência em Ciências.

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Pinheiro, Jucilaine Araujo Bottega da Rocha O Estágio Não Obrigatório na Formação de Licenciandos em Ciências Biológicas: Espaços de possibilidades formativas / Jucilaine Araujo Bottega da Rocha Pinheiro. -- 2019.

32 f.

Orientador: Doutora Barbara Grace Tobaldini de Lima .

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Biológicas-Licenciatura, Realeza, PR , 2019.

1. Formação de professores. Estágios Supervisionados.

Profissionalização docente. Saberes docentes. I. , Barbara Grace Tobaldini de Lima, orient. II.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jucilaine Araujo Bottega da Rocha Pinheiro

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE
LICENCIADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ESPAÇOS DE
POSSIBILIDADES FORMATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza - PR, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Pro^{fa} Dr Barbara Grace Tobaldini de Lima

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
21/11/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sandra Maria Wirzbicki
Universidade Federal da Fronteira Sul



Pedagoga Andreia Florêncio Eduardo de Deus
Universidade Federal da Fronteira Sul



Profa. Dra Barbara Grace Tobaldini de Lima (orientadora) - UFPS

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a minha mãe que em todos os momentos foi incomparavelmente atenciosa e paciente, à minha irmã que mesmo distante sempre me encorajou e foi exemplo para que eu chegasse até aqui, ao Leonardo que compreendeu e esteve ao meu lado sem questionar somente enaltecendo o futuro que nos espera e também aos amigos por todo apoio, auxílio e compreensão neste tempo de graduação.

À minha orientadora Prof^a. Dra. Barbara Grace Tobaldini de Lima, pelo acompanhamento nesta caminhada acadêmica, pela sublime vocação de encorajar e mostrar os melhores caminhos a ser seguidos, pelos conselhos que levarei para sempre, pela paciência e por todo o esforço e dedicação destinados a elaboração deste trabalho.

À todos os professores da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Realeza que estiveram presente durante a minha graduação e por todos os momentos de aprendizado que me proporcionaram.

À instituição Universidade Federal da Fronteira Sul, por me proporcionar momentos excepcionais, experiências ímpares que com toda certeza contribuíram na minha construção pessoal e profissional.

Aos meus colegas e amigos que compartilharam de momentos felizes e tristes durante todo esse tempo. Momentos ímpares de conversas e conselhos diante das dificuldades, mostrando que somos mais capazes do que imaginamos e que merecemos muitas conquistas e que esta que se finda é a primeira de muitas.

A todos minha eterna gratidão!

O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE LICENCIADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ESPAÇOS DE POSSIBILIDADES FORMATIVAS

RESUMO

A prática dos estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios é uma ação considerada como momento de mobilizar as teorias assimiladas ao longo da formação com as práticas profissionais oportunizadas, isso em diversas áreas de conhecimento, mas que nesta pesquisa envolve a formação de licenciandos em Ciências Biológicas. Uma das inquietações oriundas do estágio não obrigatório está relacionada com as contribuições dessas atividades na formação acadêmica e profissional dos participantes e que são problematizadas neste projeto de pesquisa. Com base nessas situações buscamos compreender melhor as finalidades do estágio não obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos participantes. Nossos resultados indicam uma similaridade com as contribuições, historicamente, construídas na prática dos estágios obrigatórios, como também, é espaço para problematização e desenvolvimento dos saberes profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Estágios Supervisionados. Profissionalização docente. Saberes docentes.

INTRODUÇÃO

Indagar, questionar e analisar a formação de licenciados é prática recorrente nas pesquisas educacionais. A partir delas é possível identificar lacunas e desafios envolvendo o processo de formação dos acadêmicos, mas também, possibilidades e/ou potencialidades para o trabalho do formador e dos próprios discentes. Neste viés, o estágio curricular e as atividades realizadas a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docências (PIBID), e mais recentemente, o Programa Residência Pedagógica (PRP) são potenciais espaços de análise, reflexão e investigação dos saberes e práticas docentes. Ao reconhecer a importância destes espaços nos questionamos sobre que outras atividades podem influenciar na formação dos licenciados, na prática do formador e assim, no próprio projeto do curso e da instituição. Neste panorama de inquietações e possibilidades é que realizamos este trabalho.

Enquanto discente e docente de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública sediada no Paraná, observamos que nas discussões das atividades desenvolvidas em sala de aula, alguns acadêmicos relacionavam as temáticas trabalhadas com experiências oriundas das suas inserções em projetos de ensino, pesquisa e extensão, e outros, com as atividades desenvolvidas a partir do estágio não obrigatório. A partir dessas situações problematizamos como as atividades e experiências vivenciadas pelos acadêmicos podem influenciar nas suas discussões, no percurso formativo e nas escolhas profissionais. Das possibilidades a serem investigadas, optamos por desenvolver como Trabalho de Conclusão de Curso, de uma das autoras deste trabalho, uma investigação a respeito do estágio não-obrigatório, e para isso nosso objetivo consiste em “Compreender como a prática de estágios não obrigatórios contribui na formação acadêmica e profissional dos licenciandos em Ciências Biológicas”.

Para isso foi necessário (1) Analisar a regulamentação dos estágios não obrigatórios no curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Realeza; (2) - Conhecer quais são os envolvidos na prática de estágios não obrigatórios dentro do Campus de Realeza; (3) - Relatar quais os objetivos dos participantes do estágio não obrigatório quanto à sua formação; (4) Identificar os principais espaços de inserção dos discentes nos estágios não obrigatórios; (5) Caracterizar as atividades desenvolvidas nos estágios não obrigatórios e (6) Reconhecer as potencialidades, desafios e lacunas encontrados na prática dos estágios não obrigatórios. Essas ações caracterizam os objetivos específicos, mas também o encaminhamento teórico e metodológico adotado e mobilizado no desenvolvimento desta pesquisa.

Esses são itens que organizam a fundamentação teórica marcada pelos aspectos históricos e legais a respeito dos estágios na formação de licenciandos e o diálogo com os documentos oficiais e pesquisas acadêmicas de âmbito nacional referente a temática. Importante salientar que pelas ausências de trabalhos a respeito do estágio não obrigatório, os primeiros argumentos do referencial teórico estão concentrados na modalidade do estágio obrigatório em cursos de licenciatura, e a partir deles, problematizamos os elementos que podem ajudar a compreender e caracterizar a modalidade de estágio não obrigatório. A partir disso apresentamos um estudo que foi realizado junto aos regulamentos de estágios das universidades públicas da região Sul com objetivo de compreender o cenário que se encontra a prática do estágio não obrigatório nessas instituições.

Na sequência desta, discorreremos sobre os elementos da metodologia ao caracterizar o tipo de pesquisa que será realizada, os participantes, os instrumentos e a técnica para analisar o material obtido. Finalizamos este trabalho com os principais resultados, nossa interpretação, diálogo e inferências a respeito das atividades de estágio não curricular para o contexto de formação acadêmica e profissional daqueles que realizam essas atividades.

OS ESTÁGIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, LEGAIS E SUAS POSSIBILIDADES.

Historicamente, as atividades de estágio estão presentes na formação de professores a partir da prática de ensino, como sinalizado por Pimenta (1995). Dentro desse contexto o estágio era considerado elemento fundamental na formação. Por volta dos anos 30 e 40 do século XX, a finalidade do ensino era promover a formação do docente necessário às escolas primárias e a prática nesta conjuntura era inserida como imitação dos modelos teóricos existentes, bem como a observação de práticas consideradas como bem-sucedidas. Desta forma, era previsto que não aconteceriam mudanças significativas dentro das escolas e assim as práticas de ensino poderiam ser assimiladas diante da observação e reprodução dos bons modelos (PIMENTA, 1995).

Nessa perspectiva, o estágio se reduz a imitação de aulas modelos, sem que os estagiários possam articular e promover mudanças nas práticas escolares. Para Corte e Lemke (2015) realização dos estágios se dá como uma mera imitação dos modelos que são apresentados, não são ferramentas construtivas na formação do professor, uma vez que são esquecidas as práticas de reflexão e busca por melhorias. Nesse modelo, as práticas de estágio não propiciam a articulação entre os saberes teóricos e práticos para a formação de professores.

Assim, após muitas discussões, produções acadêmicas e formação de professores, compreendemos que é fundamental que durante a realização dos estágios os licenciandos busquem novos conhecimentos a partir desses momentos de atuação. De acordo com Ghedin, Almeida e Leite (2008), com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, novas políticas e legislações foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com objetivo de orientar e organizar algumas das questões relativas a formação inicial de professores. Como parte desse processo, foram redigidas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação, entre elas as Diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Biológicas. De acordo com o Parecer N.º: CNE/CES 1.301/2001 que institui essa diretriz a estrutura curricular do estágio é uma atividade obrigatória e supervisionada que contabiliza horas e créditos.

Além do estágio curricular, existe uma série de outras atividades complementares que devem ser estimuladas como estratégia para promover a interação teoria e prática, entre elas monitoria, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão. Além disso, cita que os estágios são atividades obrigatórias e que junto a outras atividades tem como objetivo estimular a interação entre o domínio teórico e prático da formação.

Com a Resolução do CNE n° 01, de 18 de fevereiro de 2002, no que se refere ao estágio supervisionado, na matriz curricular do curso de formação de professores, a prática não pode ficar reduzida a um espaço limitado e que seja restringida somente a prática do estágio e desarticulado do restante do curso. Este movimento deve estar presente desde o início do curso e durante toda a formação acadêmica, inclusive nos diferentes componentes curriculares, não somente nas disciplinas que são vinculadas às práticas pedagógicas.

Os estágios devem ser considerados como um campo de conhecimento indispensável para formação dos professores além de ser uma prática fundamental para a construção da identidade profissional e dos saberes, e não ser conceituados como uma atividade burocrática e obrigatória para a formação (GHEDIN; ALMEIDA, LEITE, 2008). Assim, os estágios curriculares supervisionados são atividades obrigatórias da formação profissional e que na formação dos professores tem como objetivo problematizar o aprendizado quanto ao ofício de ser professor, possibilitando um conhecimento da realidade do trabalho e quanto às necessidades do ambiente escolar (GHEDIN; ALMEIDA, LEITE, 2008).

O desenvolvimento das atividades de estágio, desde 2008 tem Lei específica. A Lei nº 11.788 de 2008 dispõe que o estágio dos estudantes é:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Além disso, é prevista também nesta Lei 11.880 de 2008, em seu artigo 1º, duas modalidades de estágio. O estágio curricular obrigatório em seu §1º “[...] definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma” e o estágio não obrigatório no §2º “[...] é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (BRASIL, 2008).

De modo particular, o estágio durante a formação acadêmica tem um papel importante para o futuro profissional, seja de forma obrigatória ou não obrigatória, pois trata-se de um momento em que auxilia o discente a articular e problematizar a teoria com a prática, além de aproximar do espaço profissional. Com base no exposto o estágio é um momento que contribui para o envolvimento dos acadêmicos com os diferentes e possíveis espaços de atuação profissional.

Com o histórico e as possibilidades, mas também os limites sinalizados por diversas pesquisas a respeito do estágio obrigatório (AGUIAR-JUNIOR, 2009; CARVALHO e ARRUDA, 2008; LIMA e WIRZBICKI, 2017; PIMENTA e LIMA, 2011) nos questionamentos sobre as possíveis contribuições do estágio não obrigatório, uma vez, que essa é uma prática corriqueira no contexto escolhido para esta investigação. Com a intenção de compreender melhor o alcance e as possibilidades do estágio não-obrigatório analisamos os regulamentos de estágio das universidades públicas da região sul do País, uma vez que não identificamos produções acadêmicas a respeito da temática.

O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA REGIÃO SUL DO BRASIL: ENCONTROS E DESENCONTROS

A região sul do Brasil possui doze universidades públicas federais, dessas, seis estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina e quatro no Paraná. Nas universidades analisadas, que dispõem o curso de Ciências Biológicas, os estágios (obrigatório e não-obrigatório) são regulamentados por documentação própria, a partir dos seus “Regulamentos de

Estágio”. Uma vez que existe pouca referência a respeito das possibilidades, contribuições, e dificuldades do estágio não obrigatório na formação de professores, entendemos que recorrer a esses documentos, assim, como ao PPC do curso de Ciências Biológicas poderia colaborar para construção de um referencial teórico.

Com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), em especial, na licenciatura em Ciências Biológicas selecionamos cinco instituições Federais da Região Sul : Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma vez que a seleção foi realizada a partir das instituições que têm o curso de graduação em Ciências Biológicas e incluímos outras três instituições Estaduais do Paraná (Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE). Nesses documentos analisamos o item “Perfil do Aluno” e/ou “Perfil do Profissional”, ou ainda trechos condizentes a esta especificação. Nosso objetivo com isso foi de (re)conhecer elementos relativos à capacitação profissional dos egressos.

Ao analisar os nove PPC de Licenciatura em Ciências Biológicas das instituições anteriormente informadas, identificamos que o perfil profissional para os egressos está relacionado inicialmente com o trabalho junto ao desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada nas diferentes áreas do curso e na sequência a expansão de habilidades e atitudes para atuar nas diferentes modalidades de ensino.

Na UFFS do campus Realeza, o PPC de Ciências Biológicas, relata a pretensão de formar o licenciado em Ciências Biológicas com formação generalista, ético, com competência para refletir, criticar, agir e atuar com responsabilidade, solidariedade e qualidade nas diferentes áreas das Ciências Biológicas (UFFS, 2012). Nesse perfil, o egresso deste curso deverá ter competência técnico-científica, ético-política, socioeducativa para:

[...] Atuar como professor de Ciências do Ensino Fundamental e de Biologia no Ensino Médio em todos os espaços e ambientes da educação formal ou não formal, tais como nos programas de educação de jovens e adultos, de educação profissional, de educação para grupos caracterizados pela diversidade e de divulgação em diferentes mídias; [...] portar-se como educador consciente de seu papel na formação de cidadãos, inclusive na perspectiva socioambiental (UFFS, 2012, pág 29)

Ainda no referido PPC identificamos elementos relacionados à necessidade de que o profissional seja capaz de atuar multi e interdisciplinarmente junto a ações de ensino, pesquisa e extensão, através de sua qualificação para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual com senso de responsabilidade social (UFFS, 2012).

Após compreender elementos relacionados ao perfil profissional focamos nossa análise para o tema proposto neste artigo, buscando reconhecer como as instituições regem os estágios no curso de graduação. Assim, dos PPC analisados, o da (UTFPR), campus Santa Helena, tem como proposta a integração entre todas as disciplinas do curso, aliadas ao desenvolvimento dos projetos interdisciplinares, dos estágios curriculares e das atividades de pesquisa e extensão. Esse conjunto possibilita ao acadêmico construir um conceito de desenvolvimento tecnológico sob uma perspectiva mais humanitária e associada às questões ambientais e sustentáveis, de modo que possa contribuir com o crescimento do ser humano e não apenas com o desenvolvimento dos meios de produção. É válido ressaltar que neste Projeto Pedagógico de Curso há a inclusão do estágio não obrigatório como atividade integradora para o enriquecimento curricular. Sendo categorizada como ações de um dos grupos de Atividades Complementares de Curso (ACC) que aponta atividades que se encontram em:

a participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão[...] estágio não obrigatório na área do curso, trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso; trabalho como empreendedor na área do curso; estágio acadêmico na UTFPR (UTFPR, 2016, p. 59).

O PPC do curso de Ciências Biológicas da UFPR designa o estágio como um processo de construção e reconstrução do conhecimento articulado com a realidade, buscando autonomia profissional do aluno, sendo uma produção coletiva que envolve tanto os alunos como os professores, bem como os profissionais onde o estágio é realizado.

No mesmo documento a realização da atividade de estágio não obrigatório dá-se como uma das atividades formativas que são relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, de forma que assegure o caráter interdisciplinar, podendo ser realizado como Estágio Não Obrigatório realizado na própria Universidade ou como Estágio Não Obrigatório realizado em outras Instituições. E em ambos os casos as atividades são regidas pela Lei 11.788/2008, que no inciso 2º caracteriza como: “Estágio não obrigatório aquele desenvolvido

como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (UFPR, 2014, p.90).

De acordo com o PPC de Ciências Biológicas, do campus Realeza, da UFFS o estágio é uma prática configurada como uma das atividades mais importantes na formação inicial de professores, estabelecendo a relação entre a teoria e a prática social, oferecendo aos licenciandos a oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho. Assim a prática do estágio curricular obrigatório, também de acordo com a Resolução CNE/CP 2/2002, se dá a partir da segunda metade do curso. As ações realizadas a partir do estágio não obrigatório fazem parte de uma lista com outras 16 atividades apontadas como “Atividades curriculares complementares - ACC”, do grupo 1. Este grupo reúne atividades que tenham como propósito a iniciação científica, tecnológica e de formação profissional (UFFS - PPC, 2012.)

A UFSC deixa explícita a preocupação com a realização do estágio não obrigatório, demonstrando com clareza às condições para a realização dessas atividades. Relata o período, a carga horária exigida e, além disso, é importante ressaltar que o documento apresenta a realização de relatórios durante a prática do estágio não obrigatório.

De acordo com o PPC da UFPEL, o estágio não obrigatório compreende o desenvolvimento de ações não obrigatórias e de inserção no mundo do trabalho, cuja carga horária não interfira no desenvolvimento das demais exigências do Curso de Graduação.

Diante das informações obtidas a partir dos PPC constatamos a defesa de que o estágio é um processo de construção e reconstrução do conhecimento articulado com a realidade, e que busca promover a autonomia profissional do acadêmico. Constitui-se como uma produção coletiva e participativa, envolvendo os professores e alunos da disciplina e do curso, e os profissionais do campo de estágio.

A formação do profissional da educação, não se limita às atividades científicas e teóricas realizadas no decorrer da graduação, mas em conjunto com a formação que é realizada em possíveis locais de trabalho. O contato com este ambiente permite a compreensão mais aprofundada pelo licenciando sobre a natureza e especificidade da educação. A partir disso, idealiza-se a formação de um profissional que, pelo domínio dos elementos teóricos e metodológicos, seja capaz de construir uma nova prática pedagógica, que viabilize o acesso ao conhecimento científico à comunidade escolar. O estágio, por sua vez, durante a formação, constitui-se em uma situação de aprendizagem, momento privilegiado de reflexão sobre a realidade dos processos formativos escolares e não escolares, o que é uma

condição essencial para que se possa pensar e realizar a intervenção prática na instituição educativa.

Além disso, percebemos uma semelhança em relação ao perfil do profissional registrado no PPC de Ciências Biológicas da UTFPR (campus Santa Helena) e da UFFS (campus Realeza) onde ambas tem como objetivo formar profissionais com um perfil para refletir, criticar, agir e atuar com responsabilidade, solidariedade no meio profissional e que consiga compreender os processos interdisciplinares, atuar como facilitador do conhecimento e estimular a criatividade e reflexão em seus alunos.

Em relação a prática dos estágios, verificamos que em todas as instituições as atividades decorrentes deste momento formativo são fundamentais na formação dos acadêmicos e que acompanham as legislações nacionais a respeito dos estágios curriculares. No que diz respeito ao estágio não obrigatório, as informações apresentadas nos documentos são simples e reduzidas. Na maioria dos documentos a caracterização dessa atividade se limitava a normativas que regem esta prática, salvo nos casos (dos PPC de Ciências Biológicas da UFFS - campus Realeza e da UFSC) em que o estágio não obrigatório foi classificado como atividades de complementação extracurricular. A UFSC deixa explícita a preocupação com a realização do estágio não obrigatório, demonstrando com clareza às condições para a realização dessas atividades. Relata o período, a carga horária exigida e, além disso, é importante ressaltar que o documento apresenta a realização de relatórios durante a prática do estágio não obrigatório.

Assim, foi possível perceber o quanto o estágio não obrigatório deixa de ser utilizado como um movimento de inserção dos licenciandos para contribuir na sua formação, uma vez que essas atividades podem ser realizadas em inúmeras áreas, principalmente quando voltadas para ambientes escolares. Portanto, investigar essas atividades é contribuir com os possíveis encaminhamentos das próprias instituições de ensino, bem como, dos acadêmicos.

METODOLOGIA DE PESQUISA

No contexto das pesquisas voltadas para a educação, historicamente há um dilema quanto à utilização das pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, e nesta pesquisa optamos pelos encaminhamentos da pesquisa qualitativa. Ludke e André (1986) justificam o uso dessa pesquisa baseado na afirmação de que o pesquisador mantenha um contato direto e estreito com a situação, pois a alteração dos fenômenos ocorre de forma natural e são influenciados diretamente pelo contexto no qual estão inseridos.

Ainda na pesquisa qualitativa há diferentes métodos para o desenvolvimento das investigações, entre eles o “Estudo de caso”.

Para Ludke e André (1986) este método requer interpretações de um contexto de pesquisa e buscam relatar a realidade de alguma situação, bem como representam os diferentes pontos de vista quanto a uma situação social. Posto isso, a pesquisa foi realizada no contexto do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus Realeza, com os egressos e acadêmicos que durante seu percurso formativo desenvolveram atividades de estágio não obrigatório.

Os dados empíricos da pesquisa foram produzidos a partir de uma análise documental realizada nos Planos de Atividades (PA) de Estágio Não Obrigatório, e nos Relatórios Finais (RF) de Estágio. Foram analisados os planos de atividade e os relatórios de estágio de 30 licenciandos, sete deles concluintes, e 23 em processo de formação inicial.

Posto isto, a análise dos documentos se deu pelos documentos disponibilizados pelo setor de estágios. Levamos em consideração que o período de vigência de cada estagiário poderia ser ao longo do período de 2 anos, ainda é importante sinalizar que havia a possibilidade que as atividades fossem em locais diferentes, sem exigências de fazê-lo em um único local.

As informações obtidas com os participantes foram analisadas a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), que é um processo que se inicia com uma unitarização quando os textos são separados em unidades de significado. Neste movimento de interpretação do significado como descrito por Moraes e Galiazzi (2006) exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois disso, são reunidos e articulados os excertos com significados semelhantes em um processo denominado de categorização, que pode gerar vários níveis de categorias de análise.

Segundo os autores, a ATD é uma ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (MORAES E GALIAZZI, 2006). Assim, com o uso da ATD identificamos excertos, que no nosso entendimento revelam as atividades, lacunas e contribuições do estágio não obrigatório à formação de profissionais da licenciatura.

Segundo os preceitos da ATD, analisamos 30 Planos de Atividades (PA) e 20 Relatórios finais (RF) de Estágio Não Obrigatório. No PA analisamos os objetivos gerais e específicos que foram construídos pelos estagiários e na sequência as atividades que seriam realizadas. Por sua vez, no RF foram selecionados e analisados os itens referentes às atividades realizadas, as contribuições e

dificuldades apresentadas pelos estagiários, apresentadas na sequência. Na análise dos documentos os nomes dos autores foram substituídos pela letra “P” (participantes), seguidos de um número algebrico, formando o seguinte par - P1, P2, até P30.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Porém, antes da apresentação e discussão das categorias é importante sinalizar que: No material obtido identificamos que 27 estagiários já finalizaram o estágio não obrigatório e que dos 30 PA, observamos que foi espaço para desenvolvimento das atividades: a) 11 escolas de educação infantil; b) 15 escolas de Ensino fundamental; c) um laboratório de análise clínica; d) uma Empresa de projetos ambientais; e) um Programa de Agentes Comunitários de Saúde; e f) um estágio foi realizado com o Serviço de Assistência Social. Essas informações serão retomadas em momentos mais oportunos da análise, que se apresenta a seguir.

Após leitura do material, unitarização e identificação das unidades de significado, interpretação e categorização, identificamos duas principais categorias de análise. 1) O perfil do licenciado em Ciências Biológicas e suas atribuições no Estágio Não Obrigatório e 2) Contribuições do Estágio Não Obrigatório para a formação do licenciado em Ciências Biológicas. Dentro da primeira categoria há duas subcategorias: Atividades correspondentes ao perfil do egresso em Ciências Biológicas; Atividades não compatíveis com a formação do curso de Ciências Biológicas; Experiência Profissional e Identidade Profissional Docente..

Ao analisarmos os objetivos dos PA identificamos um conjunto de intenções que foram reunidas em três principais subcategorias: a primeira delas está relacionada com a aquisição de experiência profissional, a segunda com a integração e articulação dos saberes e conhecimentos oriundos do curso de graduação com aqueles que são mobilizados no campo de estágio, e a terceira envolve a possibilidade de aprender como se dá a prática e a rotina escolar. A apresentação desses dados, sua interpretação e análise são apresentadas a seguir.

O perfil do licenciado em Ciências Biológicas e suas atribuições no estágio não obrigatório

Segundo o PPC de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Realeza, são atribuições dos egressos e/ou decorrente da formação desenvolver atividades relacionadas com:

Atuar na formação inicial e continuada em Ciências Biológicas e de professores do Ensino Fundamental e Médio; Possuir uma visão transdisciplinar e integrada das Ciências Biológicas,...; Atuar como professor de Ciências do Ensino Fundamental e de Biologia no Ensino Médio em todos os

espaços e ambientes da educação formal ou não formal [...] ; Portar-se como educador consciente de seu papel na formação de cidadãos, inclusive na perspectiva socioambiental[...] ; Utilizar dos conhecimentos da Ciência básica e aplicada e suas tecnologias, bem como das ciências humanas e sociais como referências e instrumentos para o ensino formal e para a condução de situações educativas ambientais e gerais; [...] Realizar o planejamento e o desenvolvimento de diferentes experimentos didáticos em Biologia, reconhecendo os elementos importantes e as estratégias adequadas para um ensino significativo;[...]" (UFFS - PCC, 2012 p. 29).

Essas atribuições e possibilidades profissionais nos permitiram analisar as atividades relatadas no PA como ‘atividades correspondentes ao perfil do egresso em Ciências Biológicas’ e, ‘atividades não compatíveis ou adequadas com a formação do curso de Ciências Biológicas’, que por sua vez correspondem às subcategorias, discutidas na sequência.

Atividades correspondentes ao perfil do egresso em Ciências Biológicas

Esta subcategoria emergiu a partir de relatos semelhantes ao de P3 que sinaliza como atividade o “desenvolvimento da autonomia, identidade, comunicação e linguagens, além de brincadeiras lúdicas que estimulem o desenvolvimento psicológico e cognitivo”, bem como a descrição de atividades de P12 onde as ações seriam realizadas de modo a “desenvolver atividades e conteúdos que forneçam às crianças diversos conhecimentos do meio em que vivemos, acompanhados de atividades lúdicas e desenvolvimento de oficinas com os alunos”. Dentro deste mesmo contexto uma das descrições de atividades que chamou a atenção durante a análise dos dados foi a de P21 que apontou o ato de “ministrar aula de Ciências” onde a descrição foi especificamente aos conteúdos exigidos pelo PPP da escola em que ela realizou o estágio não obrigatório.

De modo geral, nestas mesmas circunstâncias da primeira categoria, nas análises dos PA dos participantes P9, P13 e P26 observamos na descrição das atividades a realização de atividades direcionadas para o desenvolvimento humano, o relacionamento em sociedade e de ações que promovam a identidade, a formação pessoal e profissional. Outra observação realizada foi em relação as atividades de P14 que listou como ações a “elaboração de materiais didáticos; experimentação ou atividades práticas; construção de terrário e; filmes relacionados a Ciências”.

Nos demais espaços de formação profissional, P20 aponta que as atividades a serem realizadas em uma empresa de projetos

sustentáveis, incluíam: “acompanhamento do licenciamento ambiental e dos planos e programas de UHE Baixo Iguaçu, bem como realizar registros de documentação necessária e auxiliar nos trabalhos de rotina da equipe”. P8 que atuou em um laboratório de análises clínicas listou como ações a “realização de exames, triagem de dados dos pacientes e auxílio na realização de exames laboratoriais”.

Neste contexto, os estágios junto a outras atividades acadêmicas e profissionais têm como objetivo estimular a interação entre o domínio teórico e prático da formação e ao observamos as atividades realizadas nos estágios não obrigatórios, reafirmamos essa perspectiva. Para Scalabrin e Molinari (2013) quando o acadêmico tem contato com as atividades que o estágio lhe oportuniza, inicia a compreensão daquilo que tem estudado e começa a fazer a relação com o cotidiano do seu trabalho. Somado a isso, enfatizamos em concordância às autoras que o aprendizado é mais significativo quando obtido junto ao domínio prático do conhecimento.

Com o desenvolvimento das atividades previstas nos PAs, e outras decorrentes do próprio espaço de atuação, os estagiários registraram em seus RF, alguns dos desafios encontrados durante o trabalho, entre eles, destacamos: a falta de comportamento e de interesse dos alunos. A presença de alunos com condições especiais, em sala de aula, também foi outra dificuldade.

Para exemplificar essas dificuldades, destacamos o excerto de P24 ao relatar que a “desobediência, momentos de dispersão da turma com conversas paralelas e o uso de castigos em situações assim, dificuldades para realizar atividades por falta de recurso ou materiais” assim como o relato de P25, “a maior dificuldade enfrentada foi a bagunça, a desobediência, a falta de respeito e o desinteresse dos alunos durante as oficinas”, e de P28 que diz ter tido dificuldade na “interação com alguns pais, o convívio com alguns colegas de trabalho, a falta de limite e respeito de algumas crianças”.

A partir de situações deste cunho torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos, seguindo a afirmação de Nascimento (2009) o professor, na educação inclusiva, necessita de uma preparação para trabalhar com as diferenças e singularidades de todas as crianças. Como sinalizado pelos participantes P14 e P24, houve uma participação e colaboração da escola diante dessas situações, nesse sentido, concordamos com a afirmação de Nascimento (2009) quando aponta que para efetivação do processo de inclusão educacional, é fundamental que ocorra o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações voltadas para essa temática, assim é válido ressaltar que docentes,

diretores e funcionários possuem papéis específicos dentro do contexto escolar, mas é imprescindível que haja ações coletivas para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

Com esses e outros excertos emerge a interação, ou a falta dela entre professores e alunos. Lopes (2009) afirma que em todo processo de aprendizagem humana, a interação social e a mediação do outro tem fundamental importância, assim a interação professor-aluno é imprescindível para que ocorra o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Assim, quanto mais o professor compreender a dimensão do diálogo como atitude necessária em suas aulas, maiores avanços serão conquistados em relação aos alunos, pois desse modo, sentir-se-ão mais curiosos e mobilizados para transformarem a realidade.

Além disso, a escola precisa criar um ambiente mais estimulante e afetivo que possibilite a esse adolescente enxergar-se nesse processo e neste contexto, a mediação do professor contribui para a construção do conhecimento pelo aluno. Destacamos, ainda a partir de Lopes (2009) que construir uma relação professor-aluno baseada no afeto, não pode ser confundida com permissividade, pelo contrário

[...] a ação do professor deve impor limites e possibilidades aos alunos, fazendo com que estes percebam o professor como alguém que, além de lhe transmitir conhecimentos e preocupar-se com a apropriação dos mesmos, compromete-se com a ação que realiza, percebendo o aluno como um ser importante, dotado de ideias, sentimentos, emoções e expressões (LOPES, 2009. p. 7).

Neste contexto, o professor ao atuar como um mediador é capaz de articular as experiências dos alunos com o mundo, levando-os a refletir sobre seu entorno, não se limitando somente a transmitir conhecimento, mas sim, envolvendo-os numa relação de aprendizado e que poderá minimizar o comportamento inadequado dos alunos.

Atividades não compatíveis com a formação do curso de Ciências Biológicas

Na segunda subcategoria, reunimos aquelas atividades que não são compatíveis ou adequadas com a formação propiciada pelo curso, a partir do perfil profissional dos egressos. E entre elas, estão: a realização de atividades que incluem: cuidados pessoais. As atividades direcionadas aos cuidados pessoais, foram identificadas em nove dos 30 PA. A seguir, alguns excertos que exemplificam essas atividades: segundo P5 as ações a serem realizadas incluiriam “auxiliar na alimentação, troca de fraldas e de roupas; auxiliar na

hora do sono”, para P7 a realização de “auxílio da alimentação e trocas de fraldas” e segundo P24 que auxiliaria no “acolhimento das crianças, cuidados e alimentação”.

Dos 30 estagiários, onze realizaram as atividades do estágio não obrigatório na Educação Infantil, a partir das parcerias com os municípios. Compreendemos, no entanto, que neste contexto, se

[...] integram as funções de educar e cuidar, comprometidas com o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social, compreendendo a criança como um ser total, completo, que aprende a ser e conviver consigo mesma, com o seu semelhante e com o ambiente que a cerca (R. e T., 2012 p. 4)

Para enfatizar isso, as autoras afirmam que devemos compreender que não é possível trabalhar a concepção de cuidar e educar dicotomicamente uma vez que em todos os processos e ações da rotina escolar a criança está inserida em constante aprendizado e por este motivo é importante que haja um bom planejamento por parte de quem está educando (R; T, 2012). Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ao qual pertencem os participantes, não aborda em seus componentes curriculares discussões como essas. Compreendemos dessa forma, que entre o cuidar e o educar, compete aos estagiários, o ato de cuidar em um primeiro momento.

E, em análise dos RF, um dos itens está relacionado com as dificuldades e desafios relacionados ao desenvolvimento do trabalho. E entre elas as atividades incompatíveis com a formação acadêmica, se faz presente. Identificamos em alguns RF que as atividades que não correspondiam com a sua formação acadêmica impactaram de modo significativo no desenvolvimento do trabalho. Assim ressaltamos os relatos de P15 que “acredito que a oficina a ser trabalhada deveria ser voltada a área de formação do estagiário” e de P12 que enfatiza o desafio que teve “tendo que preparar aulas e dinâmicas que chamem a atenção dos alunos, como as oficinas não são trabalhadas durante a graduação estas acabam se tornando um desafio para quem estará atuando como professor”.

Dentro deste contexto ainda observamos os relatos dos participantes P8, P18 e P20 que realizaram atividades fora do contexto escolar. Na análise documental do RF de P8 e P20, não foram apresentadas as dificuldades ou contribuições com a prática do estágio não obrigatório. Enquanto no RF de P18, que havia realizado atividades de Agente Comunitário de Saúde, “a maior dificuldade enfrentada foi em relação a população, muitas vezes despreparada, não consegue perceber que nosso objetivo é melhorar sua própria vida social”. Assim, mesmo que seja fora do contexto

escolar inferimos que essa dificuldade apresentada pelo participante se relaciona com a participação do público alvo, chamando atenção para que o envolvimento seja mais significativo.

Há, portanto, uma situação que precisa ser analisada pela instituição cedente, concedente, professor orientador e supervisor - a adequação das atividades centrais a serem realizadas pelos estagiários, visando um desenvolvimento de qualidade nas ações. Além disso, compreendemos que o trabalho do professor com formação em Pedagogia, pré-requisito, para trabalhar na educação infantil, precisa ser valorizado junto às secretarias de educação, pois são eles os profissionais mais habilitados para realizar o trabalho com as crianças em fase inicial. Mas, no que então, a inserção dos acadêmicos, seja em atividades adequadas ou não, contribuiu para a formação dos envolvidos?

Ainda que a atividade central não seja adequada ao perfil formativo dos estagiários, inferimos inicialmente, que a inserção deles em espaços formais de educação possibilita a vivência de uma realidade educacional, e a oportunidade de criar experiências sobre situações do cotidiano escolar. Desde que, eles reconheçam as experiências do professor da turma, e realize com eles a indagação e investigação sobre os eventos planejados e realizados na sala de aula.

Por isso, é importante permitir que os acadêmicos tenham noção do contexto escolar desde o início de sua formação, assim quando inseridos no cotidiano da escola passam a ter a real noção do que irão enfrentar na sua profissão. Assim, a experiência do estágio não obrigatório, para os participantes, representa um importante momento para sua formação profissional, mesmo com todas as características e dificuldades presentes. Afinal o estágio é um momento de observação, problematização, reflexão e aprendizagem a respeito do exercício profissional.

Contribuições do Estágio Não Obrigatório para formação do licenciado em Ciências Biológicas

Após um ciclo de atividades realizadas no campo de estágio, os estagiários entregam um relatório descrevendo as atividades desenvolvidas, e como elas podem ter contribuído para sua formação acadêmica e profissional. Dessa leitura emergiu um conjunto de argumentos e possibilidades que foram reunidas em duas principais subcategorias: experiência profissional e identidade profissional docente.

Experiência Profissional

Verificamos que quando os estagiários relatam sobre as contribuições que a prática do estágio não obrigatório proporcionou a eles, o principal apontamento está relacionado com a experiência profissional que foi construída mediante o desenvolvimento das atividades. Dos 24 RF analisados, cinco deles sinalizam que a troca de experiências dentro do ambiente escolar, tanto com os professores, quanto com os alunos, foi uma das situações que mais contribuíram na construção dessa experiência. Neste sentido no relato de P22 há a afirmação de que com o estágio ela pode “aprender a agir diante das diversas situações comportamentais e pedagógicas aprimorando o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como a postura de profissional”. P24 reafirma o momento de estágio como a possibilidade de “reconhecer e aplicar diferentes formas de conduzir uma aula e aprender com a professora supervisora como avaliar os alunos” este mesmo participante ainda aponta que em vários momentos presenciou situações que “enriquecem a minha visão da docência e atuação como profissional”.

Neste contexto, os estágios junto a outras atividades acadêmicas e profissionais têm como objetivo estimular a interação entre o domínio teórico e prático da formação e ao observamos as atividades realizadas nos estágios não obrigatórios, reafirmamos essa perspectiva, salientando que, segundo Scalabrin e Molinari (2013) quando o acadêmico tem contato com as atividades que o estágio lhe oportuniza, inicia a compreensão aquilo que tem estudado e começa a fazer a relação com o cotidiano do seu trabalho. Somado a isso, enfatizamos em concordância às autoras, que o aprendizado é muito mais eficiente quando obtido a partir da experiência, na prática o conhecimento é assimilado com muito mais eficácia.

Nessa situação, o que existe é articulação entre os diferentes saberes da profissão, aqueles relacionados com os conteúdos específicos do curso de Ciências Biológicas e com os conteúdos abordados no ambiente de estágio. E, ainda, com as atividades desenvolvidas no estágio, os estagiários precisaram compreender e respeitar melhor as particularidades de cada indivíduo, o tempo e a personalidade de cada aluno. Neste contexto, P15 elenca como uma contribuição a

oportunidade de aprender sobre o respeito que devemos ter frente às particularidades de cada cidadão, seus tempos, limites e personalidades; foi possível compreender o funcionamento do meio escolar, bem como a prática pedagógica docente, relacionando a teoria trabalhada em sala de aula com a prática; foi possível colocar em prática os conhecimentos aprendidos em aula, entre eles a importância

do planejamento das atividades, do lúdico em sala e trabalhos em grupo, a importância de considerar e respeitar as particularidades de cada indivíduo e técnicas diferenciadas para explorar certos temas.

Assim P23 também demonstra que com o estágio pode ter a “experiência da docência em sala de aula com realidades distintas de cada turma e o processo de aproveitamento e crescimento intelectual de cada aluno”.

Com esses relatos observamos e concordamos com o que afirma Lopes (2009) que em todo processo de aprendizagem humana, a interação social e a mediação do outro tem fundamental importância, assim no ambiente escolar a interação professor-aluno é imprescindível para que ocorra o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Quando a abordagem do professor se dá com um processo de interação, não se está pensando em um lugar onde cada um faz o que quer, mas em um espaço de construção, de valorização e respeito, no qual todos se sintam mobilizados a pensarem em conjunto.

Em suma, como na abordagem do professor é importante a realização e interação de conteúdos específicos do curso, a prática dos estágios não obrigatórios também deve ser ressaltada nesses momentos de formação. Esse movimento proporcionado pelos estágios não obrigatórios são momentos que possibilitam a interlocução entre o espaço de formação institucional e o campo de atuação profissional, em outras palavras, o estágio foi experienciado como espaço para entrecruzarmos a teoria e a prática (SILVA; GASPAR, 2018).

Quando falamos sobre os saberes docentes, relembramos o apontamento de Tardif (2012) no qual refere-se que a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos, essa prática integra diferentes saberes. Nesse sentido pode-se definir o saber docente “como um saber plural formado [...] de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2012 p.36).

Os saberes experienciais, como sinalizados por Tardif (2012), surgem baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio, eles surgem da experiência e são por ela validados, desse modo, eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser. Por isso compreendemos que com as atividades, os estagiários podem ter desenvolvido e adquiridos saberes que contribuirão na sua futura atuação.

Identidade Profissional Docente

Segundo os estagiários, como consequência da experiência profissional, há a construção da identidade profissional docente. Em cinco relatórios encontramos apontamentos sobre a identificação com a docência, o interesse com o ser professor e sobre o ambiente em que se trabalha. Para P14 que sinaliza em sua prática a possibilidade das “trocas de experiências proporcionando uma identidade docente”.

No tocante, P26 demonstra que durante a realização dos estágios não obrigatórios houve momentos que “pode-se vivenciar experiências marcantes que certamente serão levadas para um futuro profissional” e P28 descreve os momentos de estágio “foram de grande importância para minha carreira profissional e também para minha formação acadêmica, dando ênfase na experiência em sala de aula que me fez apreciar ainda mais a licenciatura e o papel importante do professor em sala de aula”.

Construir a identidade profissional é algo intrínseco em todas as profissões, inclusive na formação do professor de Ciências e Biologia, que segundo Cerqueira e Cardoso (2010) tem um mercado profissional relativamente diverso. Ao longo dos anos o professor em formação busca se inteirar de metodologias que possam melhorar suas práticas, mas isso não se constitui de uma tarefa fácil, pois os licenciandos têm dilemas e dúvidas a respeito da profissão, tanto quanto os professores com anos de carreira (CERQUEIRA e CARDOSO, 2010).

Além disso, a identidade docente é “construída ao longo da prática profissional e permeada por influências de familiares, pelas relações interpessoais, por questões culturais, étnicas, papéis sociais e ideologias presentes no contexto em que os professores estão inseridos” (ARRUDA, TEIXEIRA E SILVA, 2015 p. 22745). Com isso, podemos inferir que a identidade docente é uma construção progressiva e versátil que pode ser influenciada por diversos fatores, sejam estes de ordem pessoal e/ou sociocultural. E que cada momento apontado pelos participantes durante a realização dos estágios não obrigatórios corroboraram com a construção da sua identidade profissional mediante as experiências e vivências dentro do ambiente escolar.

Sabemos que as atuações formativas adquirem uma importância e uma função imprescindível no desenvolvimento docente. Deste modo, salientamos que o estágio é um campo de conhecimento e de aproximação do estagiário com a profissão que irá exercer e com os

as pessoas com quem irá trabalhar suas práticas a cada dia para que consiga ter discernimento para situações de dificuldades futuras.

Os estagiários ainda relataram que com as atividades realizadas e as vivências possibilitadas foi possível compreender a necessidade de que o profissional continue se aperfeiçoando, mesmo após formado, e que busque por melhorias nas metodologias utilizadas e nos conteúdos trabalhados. Ainda, nesse movimento, puderam reconhecer as contribuições da escola como co-formadora dos futuros profissionais da docência. Neste contexto P10 e P15 relatam que em vários momentos tiveram o apoio da escola em situações que não sabiam como atuar. Observamos no RF de P14 o relato de que a escola se demonstrou favorável às práticas realizadas e deu suporte para que o participante conseguisse trabalhar e atender às necessidades de um aluno com a síndrome de Asperger, e no relato o participante enfatiza como foi importante o suporte que a escola deu diante desta situação.

Quando voltamos nosso olhar para a formação continuada relatada pelos participantes salientamos o relato de P25 que afirma que: “com o estágio percebi que não estamos 100% preparados para a sala de aula e que nunca estaremos preparados, pois cada dia é diferente, é um fato novo, uma situação nova, é uma realidade diferente que temos que lidar e isso só fez reforçar meus valores sociais, éticos e educacionais”. Com esse e outros excertos semelhantes, os estagiários expressam a importância de que o professor esteja em formações constantes, atualizando e incorporando novos e outros conhecimentos a suas práticas pedagógicas.

Posto isto, assim como Solarevicz (2019), acreditamos que a contemporaneidade exige mudanças, adaptações, atualizações e aperfeiçoamento, assim a evolução moderna é um desafio para quem se formou há mais de uma década. Em um momento em que se retoma o curso de formação de professores, faz-se necessário oferecer aos professores as condições mínimas para que desempenhem sua função. Isto implica em muito preparo, conhecimento e disponibilidade do educador para adaptar-se às novas situações vividas na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estágios no período de graduação podem assumir dois formatos, um obrigatório e curricular, e o outro, não obrigatório, extracurricular, e que na maioria dos casos envolve uma remuneração financeira, e uma carga horária semanal de aproximadamente 30 horas. Em um curso noturno, as possibilidades de participar de um estágio não obrigatório são maiores em

decorrência do tempo disponível para realizar o trabalho, quando o acadêmico já não está inserido em um ambiente mais formal de trabalho.

No contexto, não são poucos os acadêmicos que já realizaram e estão envolvidos com o estágio não obrigatório. E justamente, pela sua expressividade e também vivências, é que ele se tornou um campo investigado nessa pesquisa. No entanto, nosso trabalho de revisão bibliográfica demonstrou que há poucos trabalhos sobre o assunto, mas uma vasta produção sobre o estágio curricular obrigatório. Por esse motivo, é que em vários momentos recorremos a fundamentação teórica, ou aos próprios documentos institucionais. Que por sua vez, também silenciam informações a respeito desta atividade, como observado nos diversos documentos analisados, das diferentes instituições de ensino superior, públicas, da região sul do país. Diante disso e movidas pelo interesse em compreender como a prática de estágios não obrigatórios contribui na formação acadêmica e profissional dos licenciandos em Ciências Biológicas, chegamos a duas categorias de análise, e aos seguintes questionamentos: a) os estágio não obrigatórios ao serem silenciados pelas Instituições tornam-se espaço para o desenvolvimento de diferentes atividades, que podem ou não ser compatíveis com a formação acadêmica, como então torná-la visível?; b) pelo expressivo número de estagiários envolvidos com a educação infantil, e as séries iniciais do ensino fundamental, que são de atribuições do pedagogo, quais são os motivos que levam as secretarias de educação municipal contratar acadêmicos de cursos que não habilitam formalmente para esse nível de ensino? c) o perfil para os egressos, da instituição investigada, mas também recorrente em outras, permite questionar: O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas deve formar o professor de Ciências e Biologia, ou um biólogo-licenciado?

Nossos resultados, por sua vez, nos permitiram compreender que as contribuições do estágio não obrigatório, pouco, se diferem das contribuições já relatadas e historicamente constituídas do estágio obrigatório. Há, no entanto, diferença nos saberes acadêmicos mobilizados e no tempo para desenvolvimento das atividades. Enquanto no estágio obrigatório os saberes acadêmicos específicos de Ciência e Biologia são pensados, planejados, e desenvolvidos, no estágio não obrigatório, esses saberes podem ser utilizados em momentos muito pontuais e com pouco aprofundamento teórico.

Sobre as semelhanças, ambas envolvem a inserção em um futuro ambiente profissional, o reconhecimento das atividades, possibilidades e dificuldades, a interação entre os saberes acadêmicos, profissionais e experiências e a formação inicial de uma

identidade profissional, todas elas possibilitadas, portanto, pelo reconhecimento da realidade profissional, das representações e práticas dos profissionais.

E, em relação ao tempo, a inserção no ambiente escolar, no caso, é parte do componente de estágio obrigatório, realizada habitualmente após a segunda metade do curso, e com uma carga horária bem reduzida. E no caso do trabalho realizado em laboratório ou junto às questões ambientais, estão presentes em atividades ainda mais pontuais do currículo acadêmico. Situação não enfrentada no estágio não obrigatório - quando os estagiários estão envolvidos diariamente, por até dois anos, em um espaço de atuação profissional convivendo diariamente com a complexidade da escola e da comunidade em que está inserida. Neste sentido, Mello (2000) justifica que viver a prática docente é muito importante e válido, desde que a teorização sirva de base para os professores em formação. É preciso saber relacionar os aportes e reflexões teóricas com o exercício da prática docente. Pois assim, o futuro professor pode promover uma contextualização dos conteúdos escolares com os fatos reais, (re)construir o significado do conhecimento aprendido e potencializar as suas atividades formativas.

Assim, a partir das atividades, dificuldades, desafios e contribuições advindas das práticas de estágio não obrigatório, compreendemos que elas poderiam ser socializadas junto aos demais acadêmicos. Essa estratégia seria uma forma de integrar e discutir as vivências, os saberes envolvidos entre a formação acadêmica e o preparo profissional, e com isso ampliar a visibilidade, não apenas do estágio não obrigatório, mas também das políticas educacionais vigentes, como o PIBID e o PRP. Desta forma, uma articulação entre a universidade e a escola, os saberes teóricos e práticos, poderiam ser potencializadas na formação de professores.

NON-OBLIGATORY TRAINING IN BIOLOGICAL SCIENCE TRAINING: TRAINING POSSIBILITIES

ABSTRACT

The practice of compulsory and non-compulsory supervised internships is an action considered as a moment to mobilize the assimilated theories throughout the training with the opportune professional practices, This in several areas of knowledge, but which in this research involves the formation of graduates in Biological Sciences. One of the concerns arising from the non-compulsory internship is related to the contributions of these activities in the academic and professional formation of the participants and which are problematized in this research project. Based on these situations we seek to better understand the purposes of the non-compulsory internship for the academic and professional training of the participants. Our results indicate a similarity with the contributions, historically built in the practice of compulsory internships, as well as a space for problematization and development of professional knowledge.

KEYWORDS: Teacher training. Supervised Internships. Teaching Professionalization. Teaching knowledge.

REFERÊNCIAS

AGUIAR-JUNIOR, O. A ação do professor em sala de aula: identificando desafios contemporâneos à prática docente. In: *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. CUNHA, Ana Maria de Oliveira, et al., Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.238 – 264

ARRUDA, K. W. da S.; TEIXEIRA, T. C. da S.; SILVA, F. L. G. R. da. A docência e a construção da identidade profissional dos professores: algumas reflexões. In: *congresso nacional de educação, 12, 2015, Curitiba. Anais...*. Curitiba: Educere, 2015. p. 22743 - 22750.
Disponível em:
<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19809_10437.pdf>.
Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CARVALHO, M. A. de; ARRUDA, S. de M. Dilemas e dificuldades apontadas pelos estagiários da licenciatura em Física da UEL sobre a Prática de Ensino. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR - EDUCERE e III Congresso Ibero-Americano sobre violências nas escolas - CIAVE, 2008, Curitiba. Editora Champagnat, 2008. v. 1. p. 2834-2846.

CERQUEIRA, S. V. S. de; CARDOSO, L. de R. Biólogo-professor: relação entre expectativas profissionais e concepções em torno da docência para licenciandos em Ciências Biológicas. Contexto & Educação, Ijuí, v. 84, n. 25, p.143-160, jul/dez 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/991-Texto%20do%20artigo-4108-1-10-20130513%20(1).pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

CONSELHO Federal de Biologia. Resolução n. 10 de 5 de julho de 2003. Dispõe sobre as Atividades, Áreas e Subáreas do Conhecimento do Biólogo. Disponível em: <https://cfbio.gov.br/2003/07/05/resolucao-cfbio-no-10-de-5-de-julho-de-2003/>. Acesso em: 19 set.. 2019.

CORTE, A. C. D.; LEMKE, C. K. O estágio supervisionado e sua importância para a formação docente frente aos novos desafios de ensinar. In: Congresso Nacional De Educação, 15, Curitiba. Anais Eletrônico. Curitiba, 2015. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22340_11115.pdf>. Acesso em 26, nov. 2018.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf> (Acesso: 03/10/2018).

GHEDIN, E.; ALMEIDA, M. I. de; LEITE, Y. U. F. Formação de Professores: Caminhos e descaminhos da Prática. Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 142 p.

LIMA, B. G. T.; WIRZBICKI, S. M. Inquietações problematizadas pelo exercício do estágio supervisionado em Ciências. In: Anais... Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, - ENPEC, 11, 2017, Florianópolis.

LOPES, R. de C. S.. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986. 99 p.

MELLO, G. N. de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo em Perspectiva, [s.l.], v. 14, n. 1, p.98-110, mar. 2000. FapUNIFESP.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciência & Educação, São Paulo, v. 12, n. 1, p.117-128, 2006.

NASCIMENTO, R. P. do. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PIMENTA, S. G.. O estágio na formação de professores: Unidade entre a teoria e a prática. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 94, p.58-73, ago. 1995.

R, A. C. V.; T, F. P.. O educar e o cuidar na educação infantil: narrativas de professoras. In: Fórum Internacional de Pedagogia, 4., 2012, Paranaíba. **Artigo**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/4462bf0ddb0d0da40e1e828ebeb11.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. Unar, Araras, v. 7, n. 1, p.1-12, mar. 2013. Semestral. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

SCWARTZ, M. A. M.; BAPTISTA, N. M. G.. A contribuição do estágio supervisionado no desenvolvimento de aptidões e formação de competências. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 2, n. 4, p.105-111, dez. 2001. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3904/3817>>. Acesso em: 09 out. 2019.

SILVA, H. I.; GASPAR, M. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. Rev. Bras. Estud. Pedagogia, Brasília, v. 251, n. 99, p.205-221, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf>>. Acesso em 02/10/2019.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura. Realeza, PR, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccblre/2012-0001>>. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Pedagógico com atualizações curso de ciências biológicas modalidades: bacharelado e licenciatura. 2014. Disponível em: <<http://www.bio.ufpr.br/portal/cbio/wp-content/uploads/sites/3/2015/03/Projeto-Pedag%C3%B3gico-atualizado-2014.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus Santa Helena. Santa Helena, PR, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/santa-helena/sh-licenciatura-em-ciencias-biologicas/documentos/ppc-ciencias-biologicas-sh-versao-final-2016.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.